

## POLÍTICA

# CONSTITUINTE Agora, sim, o general está satisfeito.

**Leônidas Pires Gonçalves,  
ministro do Exército, já sabe como fica o papel  
das Forças Armadas no novo substitutivo.  
E não tem mais nada a reclamar.**



General Leônidas: um bom argumento.

cos, esse espaço passou a ser ocupado por quem de direito, pela categoria que tem esse poder."

### Relacionamento

Apesar de considerar o parlamentarismo como o "mais aprimorado dos sistemas de uma democracia liberal", Moreira Lima acha que a classe militar não deve opinar sobre a questão. Ele acha que os problemas brasileiros ainda são tratados de forma "passional", mas elogiou o relacionamento entre militares e políticos — até mesmo com os partidos mais radicais. "Essas marchas e contramarchas são próprias dos processos políticos", ponderou. "É importante que todos os segmentos da sociedade sejam ouvidos, e os militares são um segmento."

Os militares aceitam o parlamentarismo mitigado, não o puro, como consta da fórmula proposta pelo senador Afonso Arinos. Ainda ontem, um oficial militar lembrou que as Forças Armadas não estão satisfeitas com o disposto no substitutivo de Cabral, já que não concordam com a queda dos ministros militares. Acham que, junto com os Gabinetes Civil e Militar e o SNI, devem ficar subordinados ao presidente da República e não ao primeiro-ministro.

## Esse lobby dos governadores foi um fracasso

Os governadores de sete estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste fracassaram no lobby que tentaram armar ontem em Brasília. Apesar de congregarem 292 constituintes, as bancadas dessas regiões não compareceram em peso à reunião marcada pelos governadores para combinar uma ação conjunta na Comissão de Sistematização para votação de emendas que favoreçam os estados menos desenvolvidos no País. Iniciada às 16 horas, logo a reunião se esvaziou. Para a deputada Moema San Thiago,

tratava-se mais de "uma promoção que acaba comprometendo a causa". Muitos outros parlamentares resumiram o encontro como uma iniciativa de caráter promocional. O próprio governador do Maranhão, Eptácio Cafeteira, disse não saber o que fazia lá: as emendas já foram apresentadas e não era possível nenhuma alteração. Otímista, Alberto Silva, do Piauí, afirmou que a união de forças políticas das regiões mais pobres era fundamental

O capítulo da reforma agrária, como prevista no texto atual, com a imissão de posse imediata, é outra questão com a qual os militares não concordam, argumentando que dará margem a sérios distúrbios rurais. Uma fonte militar lembrou ontem que até o ex-ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, que já pertenceu ao MR-8, e o próprio Marcos Freire defendiam a posse da terra condicionada a seu preparo e cultivo — "senão, o beneficiado vende o lote recebido e compra um apartamento na Vieira Souto, onde passa a viver de renda".

### Camarinha

Com repetidas promessas de solidariedade ao presidente Sarney, o tenente-brigadeiro Paulo Roberto Coutinho Camarinha tomou posse ontem como ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas — e garantiu não medir esforços para que o governo "construa a pátria com que todos os brasileiros sonham". "A conciliação é a resposta comum das Forças Armadas", disse ele em seu discurso, interpretado no Palácio do Planalto como de fortes conotações políticas.

Depois de prometer aliar-se a políticos e administradores "para construir a pátria com que todos sonham", Camarinha deixou também um alerta aos constituintes sobre a participação das Forças Armadas na vida da Nação: "Elas não se limitam a contemplar, como simples espectadoras, a ação governamental, mas têm o direito de, como povo, participar dessa ação".

Sarney, acompanhado de quase todo o Ministério, também discursou. Para agradecer, primeiro, a colaboração do general Campos Paiva, o último integrante da FEB a deixar a ativa, que entregou o cargo e passou à reserva. Sobre Camarinha, disse que foi buscar na Aeronáutica, no cumprimento do rodízio imposto por lei, "um homem de excepcionais qualidades e com grande espírito público".

para reverter esse quadro. Fernando Collor, de Alagoas, acentuou que a pobreza do Nordeste não pode continuar e sua representação política deve adotar comportamento mais agressivo em defesa da região. Estavam presentes ainda os governadores Henrique Santillo (Goiás), Tasso Jereissati (Ceará), Marcelo Miranda (Mato Grosso do Sul) e Antônio Carlos Valadares (Sergipe), além de cem parlamentares.

## Substitutivo: mudou a posição do líder do PFL.

"O projeto Bernardo Cabral é bom, embora, naturalmente, tenha aspectos que não coincidem necessariamente com nossas formulações. Isso não importa. Não queremos uma Constituição que tenha unicamente a nossa face e, sim, que tenha também a nossa face." Esse diagnóstico foi feito pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, que abandonou sua posição de um dos mais rudes críticos do primeiro substitutivo do relator da Comissão de Sistematização.

O parecer de Cabral sobre o novo substitutivo que está elaborando foi mostrado ontem pelo próprio relator ao deputado José Lourenço, em reunião com o presidente do PFL, Marco Maciel, e com o líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli. "Fizemos uma análise do trabalho que, na minha avaliação, se identifica com a imagem de valor que sempre tive do deputado Bernardo Cabral", disse Lourenço, ressaltando que o projeto "é flexível" e "há compatibilização com o anseio de desenvolvimento tecnológico e cultural de nossa gente, sem os radicalismos que todos abominamos".

A partir da apresentação do segundo substitutivo de Cabral (até a meia-noite de sexta-feira), a Constituinte entra numa fase decisiva, porém ainda indefinida. A votação do texto pela Sistematização será iniciada no dia 24 mas até ontem à tarde ainda não haviam sido fixados os critérios a serem seguidos. Por enquanto, sabe-se apenas que a votação se processará por títulos e capítulos, o que levou alguns constituintes e levantar, ontem, questões sobre a ordem de votação dos destaques (procedimento regimental pelo qual determinado dispositivo de um artigo é votado isoladamente, para rejeição, aprovação ou supressão de palavras. O presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos, criou uma comissão — integrada pelos deputados Carlos Sant'Anna e Aluísio Campos e pelo senador José Fogaça — para definir o procedimento a ser cumprido durante a discussão do substitutivo.

### Promessas de Cabral

Em reunião com cerca de 60 sindicalistas, o relator Bernardo Cabral prometeu ao presidente da CUT, Jair Meneguelli, acolher no substitutivo a garantia de ensino público gratuito e a elevação do percentual de aplicação do orçamento do governo federal em educação, de 13 para 18%, permanecendo o dos Estados e municípios em 25%. Cabral aceitou também não mais condicionar a aposentadoria à idade mínima de 53 anos para homens e 48 para mulheres. A estabilidade e a redução da jornada continuam temas polêmicos, em negociação direta com o deputado Luís Inácio Lula da Silva, do PT.

Cabral também já havia prometido, na segunda-feira, manter o texto original de seu primeiro substitutivo quanto às reformas agrária e urbana e ao capítulo da ordem econômica. Em reunião com Cabral, os líderes do PT, PDT, PCB e PC do B, além dos peemedebistas do MUP, advertiram que se o relator não aceitasse emendas que consideram fundamentais sobre essas questões, bem como sobre o papel das Forças Armadas, comunicação e sistema eleitoral, haveria uma obstrução sistemática na votação do novo substitutivo.



Luís Henrique, Cid Carvalho: duas visões.

## Sentença ao parlamentarismo: morte.

O parlamentarismo "morreu e o enterro foi de primeira". A sentença foi decretada ontem, em Brasília, por um dos coordenadores do grupo parlamentarista da Constituinte, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), logo depois de reunir-se com representantes de várias correntes parlamentaristas, do PMDB e do PFL. Ele concluiu não haver a menor possibilidade de acordo em torno do parlamentarismo, admitiu que deverá votar pelo presidencialismo na Comissão de Sistematização e explicou por quê:

"Foi uma discussão bizantina, com os turcos invadindo e nós discutindo o sexo dos anjos; isto porque se discutiu sobre o acessório e nada sobre o principal, que é a data de implantação da nova forma de governo, como ele será implementado e a duração do mandato do presidente José Sarney". Com isso, segundo Cid Carvalho, foram esvaziadas as negociações com o presidente Sarney.

De qualquer maneira, ao final da reunião foi divulgado documento afirmando que a implantação do sistema parlamentarista deve ocorrer no atual governo e que a futura eleição presidencial, bem como a dos membros do novo Congresso "deverão refletir fielmente o novo modelo de governo, já então definitivamente instaurado no País". O documento, que defende um período de transição para a implantação do parlamentarismo, será entregue ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, e ao presidente Sarney.

O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, aparentemente não compreendeu o que se passou na reunião, pois saiu entusiasmado com os "avanços" conquistados, como o fato, por exemplo, de os presentes terem aceito a adoção do parlamentarismo ainda no governo Sarney. Mas ele não soube responder quando se ponderou que o fato de não estarem definidas nem a data nem a forma de implantação, levaria a iniciativa a ser rejeitada, porque isso equivale a garantir seis anos de mandato para o presidente Sarney.

Levantamentos realizados ontem pelo deputado Luís Salomão (PDT-RJ) indicavam que o presidencialismo vencerá na Comissão de Sistematização por 52 votos a 41. No entanto, logo depois da reunião dos parlamentaristas e de ter assinado o documento do grupo, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, advertiu que se não houver entendimento e for mantido o presidencialismo, o mandato do presidente Sarney poderá ser reduzido para quatro anos. Por isso, ele não estranhará se Sarney fizer uma proposta intermediária.